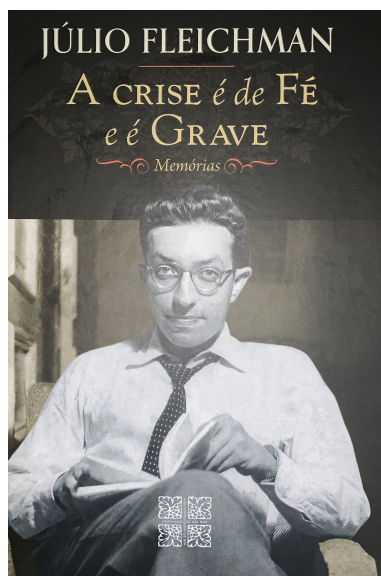


JÚLIO FLEICHMAN, DOM GÉRARD CALVET E O MOSTEIRO DA SANTA CRUZ

Júlio Fleischman (†2005)

Fonte: *A crise é de fé e é grave*, p. 159–173, 217–234. Permanência, 2023.

Descrição: Trecho das memórias de Júlio Fleischman.



Durante oito anos, como já contei, Nosso Senhor nos proporcionou, pela conjunção de circunstâncias, ao menos uma viagem à Europa cada ano, enquanto lá tivemos um filho em um mosteiro.

Essas visitas à Europa sempre significaram para nós visitas, sobretudo, ao filho e a **Dom Gérard Calvet, Prior do Mosteiro Sainte Madeleine, inicialmente em Bédoin, depois no Barroux**, ambas cidadezinhas da Provença, a mais ou menos vinte e cinco quilômetros de Avignon, no sul da França. Mas sempre significaram, igualmente, visitas a **Jean Madiran**, Diretor de *Itinéraires*, em Paris, certamente o mais notável dos escritores franceses católicos que combatiam pela Tradição.

Madiran, que foi recebido por nós, em 1975, com hospitalidade fraterna e uma admiração que chegava à reverência, como escrevi na época de sua visita ao Brasil, sempre foi muito grato e sempre nos recebeu, a Anna Luiza e a mim, com convites para jantar ou almoçar em sua casa, incluindo convites a personalidades do seu grupo de amigos que, gostaríamos de conhecer.

A primeira vez que fui ao Mosteiro, ali encontrei também Madiran que me convidou para jantar com ele, em Paris. Foi em 1976, quando estive em Roma a serviço e depois tirei férias na Europa. Isso antes que nosso Pedro tivesse ido para

Bédoin. Nessa ocasião, Madiran propôs-me convidar também, para que eu o conhecesse, a **Jacques Perret**, considerado então um dos principais escritores da França.

Se Madiran soube compreender o valor extraordinário de **Gustavo Corção** e manifestou por Corção um respeito admirativo, pouco comum em franceses perante sul-americanos, evidentemente, não nutria por mim nada de parecido, o que é mais do que razoável. Assim, quando em nossas conversas eu dizia algo que não o interessava, ele usava o recurso tão comum em europeus, em conversa com pessoas de *là-bas*: mudava de assunto abruptamente, deixando o interlocutor meio desorientado.

Em 1981, fui à Europa sozinho. Estive no Barroux e depois fui para Paris. Madiran tinha se casado outra vez e me convidou para jantar em sua casa e conhecer sua nova esposa. A meu pedido, convidou também **François Brigneau**, um escritor que combatia o mesmo combate que nós, em defesa da Igreja e até da Fé, mas que dizia não ser católico. Era um homem muito engraçado, escritor de prosa viva, espirituosa e certa na sua combatividade, contra os comunistas sobretudo.

Era a época em que os socialistas, pela primeira vez desde 1936, tinham alcançado a maioria e elegeram um dos seus, Mitterand, como Presidente da República, golpe que abalou muito os católicos franceses tradicionalistas.

Brigneau e outros escritores haviam convencido Madiran a participar da fundação e da edição de um jornal quotidiano, *Présent*, que estava prestes a ser lançado. Alguns admiradores de Madiran criticavam sua decisão de engajar-se na luta política alegando que ele tinha um posto de combate, não só mais importante como já bem definido, no terreno religioso, na direção da revista *Itinéraires*.

Eu não tinha pensado ainda em aderir a tal crítica. Mas na conversa, durante o jantar, manifestei a Madiran minha preocupação com a atividade em que ele iria engajar-se doravante.

Disse a ele que temia pelo ativismo que a política impõe a seus servidores. Não disse, mas sempre achei, que o ativismo é um dos piores inimigos da boa inspiração na vida da inteligência e, até, das inspirações do Céu na vida de oração, a não ser para aqueles que são chamados a uma posição de combate desse gênero, especificamente. Já escrevi que, para ser jornalista, isto é, escrever sobre praticamente todos os assuntos, todos os dias e sempre com pressa, é inevitável que o escritor acabe por simplificar os problemas, utilizar etiquetas e esquemas para enquadrar as idéias e os fatos da realidade exterior e, com isso, evidentemente, brutalizar os assuntos e embotar o fino discernimento do espírito

na apreciação das coisas. Em poucas palavras: é muito difícil, para os jornalistas, deixar de dizer besteiras.

Madiran não gostou muito do que eu disse, mas não respondeu nada. Foi Brigneau que ficou zangado e me interpelou se o que eu pretendia é que eles cruzassem os braços diante da irrupção dos socialistas no poder, passando a rezar apenas. Não respondi, o *tableau* ficou penoso e o jantar terminou como um fracasso do ponto de vista, digamos, social.

Kéraly foi levar-me de volta ao hotel e me disse que eles, no jornal, pretendiam adotar valores mínimos comuns com outros escritores, jornalistas e jornais, os que eram, pelo menos, razoáveis, para tentar formar uma frente comum contra os esquerdistas.

Eu já sabia a essa altura que isso era um equívoco. O mesmo equívoco do *Office des Oeuvres... etc...* de **Jean Ousset**, que, no fim de poucos anos, desapareceu. Jean Ousset parece que ficou meio maluco, seus amigos dividiram-se em grupos antagônicos, e a obra, que se anunciava magnífica, deixou de existir em termos práticos.

Ao longo dos anos que se seguiram, Madiran empenhou-se cada vez mais no campo político, com seu jornal e com sua participação pessoal, na estratégia do combate político geral e até com discursos, campanhas de apoio a posições específicas de **Jean Marie Le Pen**, um político francês de algum valor, extremamente anticomunista e que representava aquilo que os jornalistas costumam designar — com uma de suas etiquetas — a “direita”, ou até a “extrema-direita”.

Madiran alegava que, na área religiosa, em que continuava a atuar na direção da revista *Itinéraires*, não havia muito o que fazer agora e ele — parece — não sabia muito bem sobre o que escrever, diante dos impasses a que chegara a situação da Igreja, cuja crise se prolongava anos a fio.

De fato, a revista *Itinéraires* passou a publicar muitos trabalhos, cada vez em proporção maior, de caráter político, ou orientados para um efeito político, o que significaria uma invasão de suas novas preocupações sobre as antigas, puramente, ou pelo menos eminentemente religiosas.

Vimos assim, e cada vez, mais, aparecerem em *Itinéraires* artigos sobre problemas econômicos franceses, sobre a legislação do ensino e a escola leiga na França, etc. E até veremos, durante uma das campanhas para eleições legislativas, a revista *Itinéraires* fazer uma enquete, cujos resultados publicou em mais de um número, em que, aos dirigentes de todos os principais partidos políticos submeteu a sugestão de adotarem os Dez Mandamentos como programa básico fundamental.

Até que foi engraçado observar as reações estupefatas da maioria dos dirigentes políticos, ou cinicamente convencionais de alguns outros, menos numerosos. Mas eu via que isso, mais uma vez, constituía um equívoco.

Não sei como se deveria fazê-lo, mas sei que se houver algum trabalho a fazer, algum testemunho a dar, é preciso anunciar o Cristo Jesus, o Cristo-Rei dos combatentes espanhóis e mexicanos. Se há algum testemunho a ser dado, no mundo da política, é preciso que seja o do Cardeal Pio, diante de Napoleão III, igualmente estupefato que, ao ouvir falar em Reinado Social de Nosso Senhor Jesus Cristo, perguntou ao Cardeal Pio se realmente achava que, em nosso tempo, diante da situação da política e da mentalidade comum que conhecia, poder-se-ia colocar nessa base a ação política para alcançar o poder e dirigir o país.

O Cardeal Pio respondeu que não era um político, mas sabia que, se não houver sujeição social de um regime político a Nosso Senhor Jesus Cristo, esse regime político não seria duradouro.

É quanto basta, mas é também o que necessariamente se deve fazer. É o que faltava ao *Office* e também, agora, à revista *Itinéraires*.

Quanto a *Présent*, como fazê-lo numa publicação quotidiana? Não sei, mas talvez *Présent* não devesse existir sob a direção de Madiran se não houvesse um modo de fazê-lo. Deixasse ele esta tarefa a Brigneau e a outros do seu gênero.

Nos anos seguintes, cada vez que encontrava Madiran em almoços ou jantares, surgiam motivos de divergência que ele, bem entendido, se recusava a discutir comigo, mudando abruptamente de assunto.

Assim, por exemplo: em 1983, publiquei na revista *Permanência* algumas considerações, depois da exposição dos fatos relativos ao escândalo público do **Banco do Vaticano**.¹ Verificou-se, pelas denúncias do Governo Italiano, que o Banco do Vaticano se tinha associado com o maior banco privado italiano, chamado Ambrosiano, banco ligado à **Loja Maçônica P-2**, que chegara a deter enorme poder na Itália e em outros países do mundo inteiro.

Um relatório de uma Comissão de Cardeais do Vaticano, que os jornais publicaram em parte, assinado pelo **Cardeal [Agostino] Casaroli**, dava conta de que o Banco do Vaticano havia chegado a participar de “projetos secretos” e a controlar mais de dez empresas espalhadas pelo mundo. O Banco do Vaticano se fizera garantidor de dívidas do Banco Ambrosiano que somavam um bilhão e duzentos milhões de dólares. E aquele relatório pretendia que tudo isso acontecera

¹ Cf. Revista *Permanência*, n. 170–171.

sem que os dirigentes do Banco do Vaticano se dessem conta do que estavam fazendo!

Contra essa monstruosa mentira e contra o que significava verdadeiramente este escândalo, escrevi o que escrevi. E procurava as considerações de Madiran na revista *Itinéraires*, sem encontrá-las. Espantado, disse a Madiran, no nosso encontro para almoço, nesse ano de 1983: “Como é possível que você não tenha escrito nada sobre tal escândalo?”.

— Como não escrevi? respondeu-me. Escrevi cinco artigos.

— Mas aonde?

— Em *Présent*, respondeu-me.

Disse-lhe, então, que sua relação com seus leitores fora da França se fazia por intermédio da revista *Itinéraires*. Não lhe disse, mas pensei, que isso significava outra confusão: um assunto eminentemente religioso, como esse, tratado no jornal político e nem uma linha a respeito na revista de caráter, digamos, religioso.

Madiran pareceu ter compreendido alguma coisa, então. Olhou para sua **secretária, Annick**, que também estava presente e, desde então, passei a receber *Présent* todos os dias — com uns três ou quatro dias de atraso para cada número — por avião. Fiquei muito honrado, mas recebi depois também cópias dos cinco artigos e, simplesmente, deles não gostei.

Madiran formulava suas considerações não sobre a mentira evidente das alegações das autoridades do Vaticano, nem sobre a responsabilidade inexcusável do Papa João Paulo II em todo o escândalo. Para ele, como se fosse um jornalista comum cujas etiquetas tivessem o cunho da “dialética” marxista, tudo se passara como o reflexo de uma luta subterrânea, no Vaticano, entre Casaroli, então Secretário de Estado, que assinara o relatório que comentei e que Madiran nem cita, e o bispo Presidente do Banco do Vaticano, **[Paul] Marcinkus**.

Essa não, pensei eu. Se se trata disso, então o assunto simplesmente não me interessa. E, ademais, não é importante. O que importa são os dados objetivos da questão, as ligações evidentes das autoridades do Vaticano com a Maçonaria italiana, no seu mais poderoso órgão financeiro e a irrecusável responsabilidade do papa nisso tudo. Lembrando, ainda, que o escândalo se completou com o assassinato do Presidente do Banco Ambrosiano, que foi encontrado morto em Londres. E nessa mistura de sangue e escândalo, está metido até as orelhas e sob uma chuva de mentiras o Banco oficial do Vaticano!

Comecei a ver que o embotamento da fina ponta do discernimento dos espíritos, graça do Espírito Santo, mostrava-se, evidentemente, em Jean Madiran, um produto do ativismo político.

Nos anos seguintes, foram várias as divergências. Creio que, em 1987, um outro desencontro entre nós ocorreu, em novo almoço em Paris.

Conversávamos e Madiran, a certa altura, diz: “Monsenhor Lefebvre disse em tal lugar que os protestantes não têm fé. Ora, se um protestante se apresenta e diz: eu creio em Deus Pai, creio em Jesus Cristo seu único Filho e no Espírito Santo; creio que Jesus morreu na Cruz para nos salvar e ressuscitou... como é possível que ele não tenha fé?”. Tentei contestar o que ele dizia, mas, como de hábito, ele me cortou abruptamente e mudou de assunto. Eu, então, disse-lhe à queima roupa: “Estou de acordo com Mons. Lefebvre”, mas não continuei.

Vim, depois, conversar comigo mesmo e explicar-me em termos claros por que mesmo o protestante que ele imaginava não tem fé. Quando mencionamos esses nomes, Jesus, Deus Pai, o Espírito Santo, a Santíssima Trindade, estamos designando realidades, seres que nos excedem infinitamente. Não sabemos, por nós mesmos e com conceitos nossos, quem são, o que são essas realidades. Os conteúdos desses nomes, para nós, fiéis católicos, são Mistérios sobre os quais a Igreja tem o Depósito Revelado. Assim, Jesus, Deus Pai, o Espírito Santo são realidades profundas e misteriosas que correspondem aos nomes que usamos vinculados ao que ensina a Santa Igreja.

É aos conceitos misteriosos contidos na Revelação, de que ela é depositária, que nos referimos quando exprimimos a nossa fé. Ora, os protestantes, em primeiro lugar, negam a Igreja, que é, também ela, objeto de fé, parte de nosso Credo. Se negam um só ponto do Credo, como sabemos, negam todos os demais, porque negam a razão formal da Fé.

E se não podem, por isso, referir os nomes que continuaram usando, ao Depósito do qual a Igreja tem a guarda e a ciência sobrenatural, então esses nomes, que pensam que guardam, são nomes vazios de conteúdo real, são nomes fantasmas, de entidades mortas e, por isso mesmo, como acontece com os cadáveres que lentamente se decompõem, aquilo que os protestantes julgam ter conservado como religião vai-se decompor, ao longo do tempo, em centenas de seitas, puras variações sentimentais. Na verdade, mesmo entre os sectários de cada seita, variam os entendimentos de um para o outro. E por isso eles, realmente, não têm fé, como disse Mons. Lefebvre. Saí novamente desolado, vendo que Madiran já não era o mesmo.

Chegamos, assim, ao ano de 1988, ano da sagração dos quatro bispos por Mons. Lefebvre.

Durante muitos anos Mons. Lefebvre negou que estivesse pensando em sagrar algum bispo, e creio que não pensava nisso, efetivamente. Porém, diante do agravamento da situação da Igreja, da consciência mais clara que, pouco a pouco, íamos todos adquirindo quanto à extensão, à profundidade e à malignidade dessa crise, como procurei mostrar, quanto a mim, neste livro; diante também da sua própria situação — envelhecendo, sem que uma solução para a Igreja se mostrasse possível — Mons. Lefebvre entrou em negociações com Roma, aproveitando os bons ofícios de cardeais romanos que o admiravam e estimavam.

A história dessas negociações, da visita do **Cardeal [Édouard] Gagnon** a Écône, e das tentativas que se prolongaram nos primeiros meses de 1988, está contada em outro lugar.²

Mons. Lefebvre começou suas tentativas passo a passo. Nós as seguíamos daqui apreensivos, atentos, confiantes na pessoa de Mons. Lefebvre, mas, confesso, com medo.

Um dos nossos reclamou: “Como é possível querer um acordo com essa gente, com Assis e tudo o mais?”. Eu lhe respondi que devíamos, por um lado ficar atentos, é claro, mas também ter confiança em Mons. Lefebvre e esperar os resultados de sua gestão. Nenhum de nós poderia ser responsabilizado, sem uma adesão pessoal ao que ele fizesse.

Mons. Lefebvre, desiludido com as manobras de Roma, rompeu as negociações e marcou a sagração de quatro bispos para o dia 30 de junho de 1988. **Dom Antônio de Castro Mayer** e vários de seus padres foram a Ecône, juntamente com **Dom Tomás, do Mosteiro da Santa Cruz**, para assistir e participar das sagrações. Dom Antônio foi cosagrante na cerimônia.

As sagrações se realizaram. Mons. Lefebvre, Dom Antônio e os quatro bispos foram — oficialmente, mas de modo nulo — excomungados, acusados de cismáticos, coisa que, na verdade, não são e não foram.³

No dia 16 de julho, embarcamos, Anna Luiza e eu, para a França. Quando saíamos do Brasil, os padres de Campos que haviam acompanhado Dom Antônio, Pe. Fernando Rifan, sobretudo, já de volta, contaram-nos como havia

² Além do texto em francês e em inglês, ver Fleischman, Dom Lourenço OSB, *Tradição versus Vaticano*, Ed. Permanência, republicado na Revista Permanência n° 297. Ver também Revista Permanência n°s 234–235 e 240–241.

³ Ver Revista Permanência, n° 240–241: *Nem há Cisma nem houve Excomunhão*.

sido a sagração dos quatro bispos e as repercussões na Europa. Pe. Fernando mostrou-me uma carta que ele tinha enviado a Dom Gérard Calvet [anexada abaixo]. Por essa carta e por seu relato, fiquei sabendo que as autoridades de Roma, fracassado o projeto de “controlar” Mons. Lefebvre, voltaram-se para Dom Gérard, que parecia inclinado a aceitar um acordo. Mas, disse-me Pe. Fernando, a última notícia que tinha era a de que, finalmente, Dom Gérard havia desistido de assiná-lo.

Em Paris, eu não tinha mais vontade de ir almoçar com Madiran mas, para não ser descortês, passei pela redação do jornal *Présent*, onde ele não estava, e deixei um cartão de visitas, saudando-o.

Fomos de carro alugado ao Barroux, onde encontramos Dom Lourenço, que nos disse que o assunto sagração estava superado e já havia sido aceito por Dom Gérard. Este não estava [no local], mas seu conselheiro de mau agouro, Dom Anselme, veio nos ver, coisa que nunca fazia nas visitas anteriores, creio que para sondar nossa atitude.

Do Barroux fomos para a Suíça, para Écône, onde encontramos Mons. Lefebvre, que conversou comigo abertamente e confiou-me suas preocupações a respeito de Dom Gérard. Era o dia 23 de julho.

De Écône fomos para o Luxemburgo via Strasburgo, onde eu tinha trabalho a fazer. Dali a Bruxelas, para legalizar documentos no Consulado Brasileiro. De Bruxelas, de volta à França, visitando um pouco a Bélgica, catedrais do norte da França e, finalmente, Paris.

Em Paris, recebemos mensagem de Anniek, dizendo que Madiran estava muito aborrecido porque não tinha tido oportunidade de ver-nos e nos convidava para, naquele mesmo dia, irmos almoçar com ele, e várias outras pessoas, num restaurante. Chegamos atrasados ao almoço e a conversação começou.

Madiran começou a relatar-me o que ele julgava conveniente a respeito das negociações de Dom Gérard.

Nós não sabíamos, ainda, que, nessa data, 3 de agosto, o acordo de Dom Gérard com o Vaticano já estava assinado.⁴ Madiran, que certamente sabia disso, não nos disse nada. Ele começou contando que Dom Gérard estava sendo obrigado a resistir às pressões terríveis (“épouvantables”) de Mons. Lefebvre. Sem saber ainda direito de que se tratava, eu balbuciava manifestações de apoio a Mons. Lefebvre e desacordo com qualquer compromisso com Roma. O almoço foi, como

⁴ Data de 25 de julho a resposta escrita do Vaticano que selou tal acordo.

anotou Anna Luiza, deprimente. Saímos dali, despedimo-nos amavelmente, mas com o coração pesado. E nunca mais vimos Madiran.

Havíamos convidado Annick para almoçar conosco, no dia seguinte. Outro almoço triste, sem conversa possível, sabendo cada qual que os do outro lado da mesa estavam agora em caminhos diferentes. Conversamos só sobre banalidades e, mesmo assim, muito pouco. Ao terminar o almoço, despedimo-nos de Annick e seguimos nossa direção. Voltei-me para vê-la pela última vez e ela também se voltava naquele instante, com um olhar e uma expressão que significavam a mesma coisa, uma despedida de quem se separa de alguém, de um modo profundo.

Chegamos de volta ao Brasil no dia 6 de agosto. Dois dias depois nascia a primeira netinha, Ana Clara. E nós, muito tristes com tudo o que tínhamos visto e temíamos que viesse a acontecer. E, efetivamente, recebemos dias depois, o número de *Présent* do dia 18 de agosto, que trazia uma longa exposição de Dom Gérard anunciando seu acordo com Roma e suas razões e equívocos, suas insinuações e apelos sentimentais.

O acordo de Dom Gerard incluía nominalmente o Mosteiro da Santa Cruz, sem que seu Prior, Dom Tomás de Aquino, o tivesse assinado nem sido ouvido, nem consultado, apesar de que Dom Tomás tinha ido à Europa assistir às sagrações e, inclusive, estado no Barroux nos dias em que as tratativas de Dom Gérard com o Vaticano se desenrolavam.

Inicialmente, pensamos em abandonar o Mosteiro, desde logo, nas mãos de Dom Gérard. Este havia programado, desde o ano anterior, vir ao Brasil no dia 7 de setembro e com ele viria Dom Lourenço, que iria se transferir definitivamente para o Brasil, passando a ficar no Mosteiro da Santa Cruz.

Dom Tomás, com muitas hesitações, acabou por decidir-se a fazer uma proclamação recusando o acordo de Dom Gérard. A comunidade dividiu-se, com três, depois dois dos monges franceses ficando do lado de Dom Gérard; um monge francês, Fr. Placide, do nosso lado e o outro, Fr. Marie, voltando para o nosso lado. Um monge argentino, Dom João da Cruz, deixou o Mosteiro com permissão de Dom Tomás e pediu-me que lhe desse uma passagem para Buenos Aires, onde pediu asilo na Fraternidade de Mons. Lefebvre. Irmão Marie, igualmente, pediu-me que lhe emprestasse o dinheiro para ir para a França, consultar seu diretor espiritual.

O Ecônomo do Mosteiro da Santa Cruz, Fr. Joseph, francês, do lado de Dom Gérard, deixou o Mosteiro e roubou todo o dinheiro dos monges, escondeu na cidade os três carros do Mosteiro e ainda roubou os livros de contabilidade, documentos, máquina de escrever e motosserra. No domingo seguinte, veio ao

Mosteiro e espalhou panfletos contra Dom Tomás, dizendo que este havia sido deposto por Dom Gérard, pelo telefone. Em nome do Mosteiro, apresentei queixa contra ele, na polícia de Nova Friburgo.

De minha parte, fui levado, sobretudo por insistência do Gustavo, meu filho, a apoiar a idéia de resistência a Dom Gérard para, ao contrário de abandonar a este o Mosteiro, retê-lo, expulsando dali os recalcitrantes.

Instintivamente, eu tinha procurado evitar esse caminho sabendo que iria trazer muitos embates e não tendo confiança na capacidade de resistência de Dom Tomás. Mas cedi à insistência do Gustavo e comecei a procurar ajudar, sabendo que os estatutos do Mosteiro, como sociedade civil, estipulavam que Dom Tomás era o Prior vitalício.

No dia 26 de agosto, dia seguinte à assinatura e publicação da Declaração de Dom Tomás recusando seguir Dom Gérard, recebi um telefonema da França, de Dom Lourenço, que me dizia que ele não viria mais no dia 7 de setembro e, sim, Dom Gérard com outro monge, para ver a situação do Mosteiro no Brasil. Disse, então, a Dom Lourenço que abandonasse o Barroux imediatamente e voltasse para o Brasil. Ele assim fez e procurou ajuda com um amigo de Mons. Lefebvre, que o enviou de trem para Paris. Ali, com a ajuda da Coca-Cola da França, que lhe emprestou dinheiro para isso, obteve que lhe comprassem uma passagem para o Brasil para aquela mesma noite e, no dia seguinte, estava aqui.

Enquanto isso, no Mosteiro, surgiram ameaças de pressão física contra Dom Tomás. Subi ao Mosteiro e insisti com os noviços e postulantes brasileiros que defendessem Dom Tomás, até a paulada, se fosse preciso.

Finalmente, no dia 31 de agosto, chegou ao Rio e foi logo ao Mosteiro Dom Gérard em pessoa. Eu havia recomendado a Dom Tomás que enviasse, desde logo, um telegrama a Dom Gérard, ainda na França, dizendo-lhe que se não respeitasse a autoridade dele, Dom Tomás, não seria admitido no Mosteiro. Mas Dom Tomás não fez isso. E o resultado é o que ocorreu, então, no dia 31 de agosto, cuja descrição consta do que escrevi na época, na Permanência, e junto aqui para melhor orientação de algum eventual leitor. Acrescento, apenas, o que não consta daquele relato, um pouco sucinto demais.

Nesse dia 31 de agosto, Dom Gérard e seus três companheiros, os irmãos franceses que estavam aqui, Dom José, Irmão Paulo e mais o que o acompanhava da França, Père Emmanuel, entraram no Mosteiro, discutiram com Padre Fernando e outras pessoas durante várias horas e depois... todos os nossos voltaram para suas casas, mas Dom Gérard e seus companheiros ficaram.

Nessa noite, Dom Tomás, muito perturbado e confuso, saiu do Mosteiro e foi para a casa de seu pai. Eu soube disso lá pelas onze horas da noite, quando Pe. Fernando, já de volta a Campos, contou-me tudo o que se passara durante o dia, no Mosteiro.

Eu fiquei arrasado, vi tudo perdido. Comecei a pensar em receber Dom Lourenço em minha casa e o que faríamos depois. Fui para a capela rezar, mas não pude rezar muito. Fiquei andando de um lado para o outro, amargurado, indignado, exaltado.

No dia seguinte, cedo, Dom Tomás telefonou-me de Friburgo. Disse-me que iria ao Mosteiro e, se Dom Gérard não sáísse, ele chamaria a Polícia. Respondi-lhe que estava indo para o Mosteiro e que ele chamasse a Polícia desde logo, para não perder tempo indo ao Mosteiro, voltando depois à cidade, retornando ao Mosteiro. Mas ele não fez isso.

Saí como um doido pelas estradas, à toda velocidade. Anna Luiza, preocupada comigo, veio também. Quando estávamos quase chegando, passamos por um carro, com Dom Tomás e seu pai. Paramos ambos. Dom Tomás ia à cidade para telefonar para mim. Mostrou-me um bilhete de Dom Gérard, dizendo que só sairia com uma ordem por escrito de uma autoridade competente.

Deixei Dom Tomás e voei para o carro. Cheguei ao Mosteiro, larguei o carro de portas abertas e combinei com alguns monges e noviços, do nosso lado, como dividiríamos os adversários para cada um de nós.

Entrei na cela onde estavam Dom Gérard e seus companheiros e obriguei Dom Gérard a se pôr de pé, gritando ao seu ouvido, em francês: “SAIA IMEDIATAMENTE”. Ele e os outros se dispuseram a sair e eu exigi de Dom José que me desse as chaves do Mosteiro, que diziam que ele tinha levado. Ele negou que o tivesse feito e acrescentou “sob palavra de honra de um sacerdote”. Não insisti, mas disse-lhe também que iriam embora a pé, porque o carro que ele havia roubado ficaria ali.

A saída de Dom Gérard, com sua encenação teatral, consta da descrição anexa. Eu segui atrás deles, como um cão de caça, até a porteira externa do Mosteiro, mais ou menos um quilômetro.

Mais tarde, pedi que recolhessem todas os pertences dos monges franceses que estavam no Brasil, colocados em caixas. Levei-os, na mesma hora, para a cidade, para o hotel onde sabia que estavam. Depositei tudo no pátio, mandei avisar a eles e fui saindo. Nessa hora, o advogado do Bispo de Friburgo, o esquerdista Dom Clemente Isnard, veio à janela olhar-me como quem quer

conhecer seu adversário. Fiquei esperando seus ataques, mas até hoje não vieram.

Dom Gérard e os seus se abrigaram, depois, no Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro, onde a Dona Graça e seus amigos foram conversar com eles e saber o que acontecera.

Dom Gérard voltou para a França e, pouco depois, recebi uma carta de [Jean] Madiran, que me insultava. Respondi com outra carta [anexada abaixo] e enviei cópias das duas para todos os participantes do último almoço que tivéramos em Paris, e mais, para Mons. Lefebvre e outras pessoas.

Como eu sabia que a secretária de *Présent*, a irmã de Annick, procuraria impedir que minhas cartas chegassem às pessoas, utilizei um aparelho de fax para introduzir, na máquina da redação de *Présent*, minha resposta a Madiran. Assim, pelo menos algum funcionário do jornal teria conhecimento da resposta antes que ela fosse destruída. E mandei outra cópia para a casa de Madiran.

Madiran vai, mais tarde, referir esses acontecimentos em sua revista *Itinéraires* — a essa altura, já contra Mons. Lefebvre — e ali tornou a me insultar dizendo em certo ponto, que “em Dallas existe um famigerado J.R. e no Rio de Janeiro, agora, o famigerado J.F.”.

Fiquei sem entender nada. Dallas? Que tenho eu a ver com Dallas?

Meus filhos me explicaram que se tratava de um seriado da televisão americana, de baixo nível, em que o bandido principal se chamava J.R.. Achei graça. Quem diria que um intelectual francês que quer insultar alguém, tivesse que ir buscar na televisão americana os meios de fazê-lo? Antigamente, as *concierges* de Paris eram famosas pelo seu vocabulário de insultos pesados. Ademais, eu poderia responder-lhe, se quisesse, que se Dallas tinha J.R. e o Rio um J.E., Paris tinha um J.M., já que a questão eram os jotas.

Mas, isso tudo significou outra ruptura, outra separação, a perda de nossos amigos franceses dos quais, em Paris, só restou Ghislaine. Porém, se perdemos o Barroux, como disse na carta que enviei ao jornal *Présent*, que não a publicou, vamos, mais tarde, aproximar-nos de outros amigos, o Père Innocent Marie e seus religiosos dominicanos em Avrillé, Graças a Deus.

NOTA SOBRE O MOSTEIRO DA SANTA CRUZ

Quando publiquei em pequena tiragem a primeira edição dessas Memórias de meu pai, Júlio Fleichman, **Dom Tomás de Aquino**, Prior do Mosteiro da Santa Cruz,

em Nova Friburgo, RJ, manifestou seu desacordo com o relato que o autor fez dos acontecimentos naquele mosteiro, em 1988. Dom Tomás publicou a seguinte nota:

“Era necessário que a história dos combates que preencheram a vida de Gustavo Corção e de Permanência, assim como de seu segundo diretor, fosse contada. Este serviço, nós o devemos ao Dr. Júlio Fleischman, cujo testemunho constitui uma importante página da resistência católica em nosso país.

Lamentamos, no entanto, os últimos capítulos do livro, não aprovando algumas apreciações e expressões do autor.

No que diz respeito aos acontecimentos ocorridos em 1988 somos, infelizmente, obrigados a protestar contra algumas inexatidões. Essas inexatidões dão uma falsa ideia da atuação do mosteiro por ocasião da ruptura com Dom Gérard.

Assinado: Dom Tomás de Aquino, OSB”

Numa carta dirigida a Júlio Fleischman, datada de 27 de maio de 1994, Dom Tomás dá o detalhe dos pontos do seu desacordo. São eles:

“Na página 213 de seu livro, ao começar o último parágrafo assim: ‘Dom Tomás, depois de muitas hesitações (...)’, o que o senhor dá a entender é um pouco diferente da realidade, pois, como deve se lembrar, todas as pessoas, até Dom Antônio, os padres de Campos e, se não me engano, o senhor mesmo, me aconselhavam a deixar o mosteiro. Creio aliás, que o senhor pensava no início ser juridicamente impossível conservar o mosteiro.”

Dom Tomás tem razão ao afirmar que todas essas pessoas aconselhavam a deixar o mosteiro, mas isso não exclui o próprio Dom Tomás.

Quando ele voltou das sagrações, em julho de 1988, passou pelo mosteiro do Barroux, onde eu ainda me encontrava. Ali conversamos sobre toda aquela situação. Dom Gérard já tinha manifestado seu apoio aos dissidentes da Fraternidade de São Pio X que fundaram a Fraternidade São Pedro. Perguntei a Dom Tomás o que ele pretendia fazer, caso Dom Gérard fizesse um acordo com o Vaticano. Respondeu-me que não sabia, que iria para a casa de seu pai viver a vida monástica solitário. Imediatamente eu lhe disse que eu iria com ele. E assim ficamos.

É nesse contexto que Júlio Fleischman usa a expressão “hesitações” ao escrever: “Dom Tomás, com muitas hesitações, acabou por decidir-se a fazer uma declaração recusando o acordo de Dom Gérard”. As hesitações existiam, não apenas em Dom Tomás, mas no espírito de todos os amigos. E se hesitava sobre a

forma jurídica de guardar ou não o Mosteiro, não sobre a posição doutrinária de recusa de um acordo com o Vaticano.

No parágrafo seguinte de sua carta, Dom Tomás explica que recebera uma carta de Dom Marcel Lefebvre, em 21 de agosto do mesmo ano, aconselhando-o a manter o mosteiro e a fazer uma declaração de ruptura com o mosteiro do Barroux.

Além disso, no seu livro, Dr. Júlio confirma a afirmação de Dom Tomás de que ele próprio, Júlio Fleischman, hesitava em poder ou não, ficar com o mosteiro: “De minha parte, fui levado, sobretudo por insistência do Gustavo, meu filho, a apoiar a ideia de resistência a Dom Gérard para, ao contrário de abandonar a este o mosteiro, retê-lo, expulsando dali os recalcitrantes”.

Em seguida, a carta de Dom Tomás a Júlio Fleischman detalha o fato de Dom Gérard ter entrado com facilidade no Mosteiro, se aproveitando de uma ausência de Dom Tomás e, causando uma crise de autoridade interna no Mosteiro, que levou o Dr Júlio a afirmar no seu livro: “Eu havia recomendado a Dom Tomás que enviasse desde logo um telegrama a Dom Gérard, ainda na França, dizendo-lhe que se não respeitasse a autoridade dele, Dom Tomás, não seria admitido no mosteiro. Mas Dom Tomás não fez isso”.

Claro está que se Dom Tomás tivesse enviado o telegrama proposto por Júlio Fleischman, as coisas talvez tivessem transcorrido de outro modo.

O que me parece importante assinalar é que Júlio Fleischman tinha em grande apreço o Mosteiro da Santa Cruz, pelo qual trabalhou desde o início do seu projeto, em 1986, assim como por seu Prior, D. Tomás de Aquino Ferreira da Costa. De qualquer forma, ao publicar essa 2ª edição do livro de meu pai, atendi ao pedido de Dom Tomás, formulado em carta para mim, de só fazê-lo publicando também sua Declaração de 1994.

Infelizmente o Mosteiro da Santa Cruz se afastou da Fraternidade de São Pio X, a meu ver por um equívoco na avaliação da situação real da Fraternidade em suas relações com Roma, e por uma série de atitudes impensadas e imprudentes no modo de combater pela Tradição católica.

Dom Lourenço Fleischman OSB, agosto de 2023

ANEXOS

I) Carta do Padre Fernando Rifan a Dom Gérard Calvet

Le Barroux, 3 de julho de 1988

Caríssimo Dom Gérard Calvet

Laudetur Jesus Christus!

A amizade sincera que nos une, ao Sr. e ao Mosteiro do Barroux e do Brasil, me leva a abrir-lhe um pouco os sentimentos do meu coração sacerdotal.

Creio que só o amor de Nosso Senhor, da Santa Igreja e das alma nos move.

Tomei conhecimento da visita dos enviados de Roma ao nosso caríssimo Mosteiro do Barroux. Certamente vão propor acordos.

Ao estudar detalhadamente o caso de D. Lefebvre, pude constatar a verdadeira cilada em que procuraram nos envolver. Eles não são sinceros. Eles o demonstraram: logo depois de assinado o protocolo, eles já queriam mais: que reconhecêssemos os erros cometidos (doutrinários); depois, a celebração de uma Missa nova em St. Nicolas, etc...

Vejamos o que aconteceu com **D. Augustin!** Começou apenas se separando de nós. Agora já está dando a comunhão na mão! O caminho é escorregadio. Começou apenas querendo legalidade. Depois teve que receber o bispo para celebrar missa no Mosteiro. Terminou com a comunhão na mão!

Nosso Senhor mandou-nos unir a simplicidade da pomba à esperteza da serpente.

Caríssimo Dom Gérard, o amor que temos pelo Mosteiro nos impele a pedir-lhe que não faça esses acordos com quem não quer o bem da Igreja.

O **Cardeal Gagnon** declarou (eu li nos jornais do Brasil) que a tática do Vaticano agora será tratar bem os tradicionalistas a fim de separá-los de D. Lefebvre. Dividir para vencer. É claro: se ficarmos todos juntos, os inimigos temerão e recuarão. *“Vis unita fit fortior”*. Se houver acordo da parte de qualquer um de nós, será o enfraquecimento geral da Tradição. O melhor serviço que podemos prestar à Santa Igreja é resistirmos juntos.

Foi em nome dessa união que nós publicamos no nosso boletim “Heri et Hodie” o seu sermão “5 razões para a Sagração Episcopal”, onde o Sr. nos conclama a ter confiança em Dom Lefebvre: como o seu artigo ajudou a aquietar os ânimos!

E ademais temos que olhar a situação da Igreja toda e não apenas resolver nosso caso particular. Seria uma traição à causa pela qual juntos combatemos há tanto tempo.

Tanto mais que eles confessaram a tática insidiosa. Seria o cúmulo da ingenuidade cairmos nesta armadilha.

Outrossim todos sabem que Deus reservou ao Sr. um papel providencial na Igreja hoje. Todos conhecemos o bem que Deus faz por seu intermédio e por sua influência.

Caríssimo Dom Gérard, é a “cristandade de amanhã” que implora a sua firmeza!

Ajudai-nos, com seu exemplo, a ficarmos firmes!

Se o Mosteiro do Barroux faz o tal acordo, o caro Dom Gérard já pensou na turbulência que haverá nos meios tradicionalistas?! E as divisões que ocorrerão dentro do Mosteiro?! No Brasil, a repercussão será péssima. O Mosteiro da Santa Cruz poderá até desaparecer. Os fiéis de Campos lá não irão mais. Os nossos padres não darão mais apoio. As vocações desaparecerão. E os que lá estão talvez saiam todos. Seria uma desgraça! E depois de todo o apoio dado pelos padres de Campos, de todo o esforço feito pelo **Padre Possidente** pelas vocações ao Mosteiro percorrendo com os monges toda a diocese, uma traição destas seria uma decepção para toda a diocese de Campos e para todo o Brasil.

Tenho recebido muita correspondência do **Pe. L. M. de Blignères** e acompanhado o seu retrocesso. A revista *30 Giorni* publicou um artigo sobre a sua posição mostrando como os tradicionalistas podem se “converter” ao progressismo. Não sei por que esse empenho dele em defender a liberdade religiosa do Concílio, fazendo uma exegese tradicional do texto se, se a própria Roma o interpreta no sentido de “Assis”?! Pelos frutos se conhece a árvore: a árvore boa não pode dar maus frutos. “Assis” é fruto da “*Dignitatis Humanae*”. O ecumenismo atual, o indiferentismo religioso dos Estados patrocinado pelo Vaticano, a laicização da sociedade, são frutos da “*Dignitatis Humanae*”. E o próprio Cardeal Ratzinger confessou (na entrevista ao *Jesus*) que a “*Dignitatis Humanae*” é o anti-Syllabus!

E não se pode argumentar pela ortodoxia afirmando que, em outro lugar, se disse a verdade. É preciso reconhecer que estamos lidando com modernistas e com um Concílio Modernista! São Pio X já os desmascarou na “*Pascendi*” quando disse: se lemos uma página deles temos a perfeita doutrina tradicional, mas ao virarmos a página nos deparamos com a heresia. É bom lembrar o princípio de que a pior moeda falsa é a que se parece com a verdadeira. E tanto mais perigosa quanto mais se parece!

Caríssimo Dom Gérard, peço-lhe desculpas por escrever tudo isso, mas foi a nossa amizade sincera e o amor do nosso Mosteiro que me levou a escrever tudo o que escrevi. A hora é grave. Continuemos unidos na oração e na identidade de

doutrina. Que o seu entusiasmo pela causa da Igreja continue nos animando sempre.

Que Nossa Senhora da Santa Esperança nos guarde unidos no mesmo ideal.

Seu

in Jesu et Maria

Pe. Fernando Arêas Rifan

II) Artigo da Revista Permanência, n° 242–243

O MOSTEIRO DA SANTA CRUZ PERMANECE

Júlio Fleischman

Nos primeiros dias de agosto de 1988 ficamos sabendo que **Dom Gérard Calvet**, Prior do Mosteiro de Santa Madalena, no Barroux, havia concordado com a proposta do Vaticano e havia ultimado um acordo pelo qual aparentemente ficava autorizado a guardar a Missa tradicional, o Catecismo tradicional (o que na França tem muita importância) e os ritos tradicionais dos sacramentos, sem qualquer obrigação — aparentemente — que o vinculasse ao Concílio Vaticano II ou a diversas outras atividades estabelecidas por iniciativas de João Paulo II.

A notícia, como é de supor, caiu como um raio nos ambientes tradicionalistas em que muitos viram no ato de Dom Gérard uma pura e simples traição e outros, pelo menos, uma divisão entre os que seguem os caminhos de defesa da Tradição e se ligam, por isso, a Mons. Lefebvre. Fosse qual fosse a verdadeira natureza do ato de Dom Gérard, a dor profunda, durante cerca de três semanas, foi o pão de cada dia de todos nós. **No Mosteiro da Santa Cruz, um dos monges imediatamente pediu licença ao Prior, Dom Tomás de Aquino, e voltou para seu país, a Argentina, onde pediu asilo à Fraternidade de São Pio X. Dom Tomás, muito perturbado, inicialmente pensou, também ele, em abandonar o Mosteiro pois não havia sido consultado, nem solicitado a assinar fosse o que fosse e, não obstante, o Mosteiro da Santa Cruz estava nominalmente citado junto com o de Santa Madalena, como participante do acordo com o Vaticano.** Os outros monges, muito perturbados também, inicialmente manifestaram-se contra, mas três deles, todos franceses, queriam esperar que Dom Gérard chegasse ao Brasil (estava marcada para o dia 7 de setembro sua chegada) antes de tomar qualquer iniciativa. Dois desses três manifestaram-se, gradualmente, a favor de Dom Gérard qualquer que fosse sua direção. Um quarto monge, francês também, ficou desde o início contra o acordo ainda que tivesse, por isso, que ficar contra Dom

Gérard. Finalmente, o último monge, brasileiro que ainda estava no Barroux e deveria vir dia 7 de setembro com Dom Gérard para ficar aqui (já que era, também ele, fundador do Mosteiro da Santa Cruz), manifestara-se, desde logo, contra o acordo, mas hesitava ainda sem saber o que fazer.

Nesse ambiente, chega ao Brasil o texto do comunicado público de Dom Gérard anunciando o acordo, comunicado publicado no jornal francês *Présent* do dia 18 de agosto. Desse comunicado citamos aqui alguns trechos já que não podemos publicá-lo na íntegra:

“SINAL VERDE PARA O MOSTEIRO DO BARROUX”

Declaração de Dom Gérard OSB - (...) Por que ter aceitado o protocolo que Mons. Lefebvre recusou logo depois de tê-lo assinado?

A esta pergunta Dom Gérard historia que há quinze anos reclamava a reintegração do seu Mosteiro na Confederação Beneditina, mas as exigências que lhe eram propostas (abandono do rito tradicional) eram inaceitáveis. Diz ainda que, no dia 17 de junho (antes portanto das sagrações promovidas por Mons. Lefebvre) um telefonema do Vaticano propunha que o **Cardeal Mayer** e **Mons. Perl**, seu assistente, fossem recebidos para que se estudasse uma proposta de acordo. Dom Gérard aceitou e diz que ele e mais uma dezena de seus monges reuniram-se com o Cardeal e discutiram o assunto em todos os seus aspectos, discussões essas em que “nada foi deixado ao acaso”, tendo chegado à conclusão de que todos os seus pedidos eram aceitos sem “contraparte doutrinal, sem concessões, sem renegações” (ver o texto do acordo mais adiante). Prossegue Dom Gérard:

“Tudo bem pesado, depois de numerosas reuniões do Conselho dos Padres, aceitei essa proposta e expliquei aos fiéis, na missa do domingo, as razões que, em nosso caso, parecem militar a favor do acordo.”

Na verdade Dom Gérard ouviu apenas alguns dos seus monges mais próximos, que sempre foram de mesma inclinação. Os outros monges não foram ouvidos nem muito menos qualquer fiel. O que aos demais monges e fiéis foi anunciado no domingo, foi o fato consumado, o acordo assinado. Os monges do Brasil (com exceção de Dom José, que era um dos veteranos mais chegados a Dom Gérard) também não foram ouvidos, muito embora **Dom Tomás de Aquino**, o Prior do Mosteiro da Santa Cruz, estivesse no Barroux nos primeiros dias de julho de 1988, e muito embora se soubesse que ele era contrário à ideia do acordo.

Em seguida, Dom Gérard, ainda no seu comunicado, diz suas razões para o acordo:

“Nossas razões (...): a) é prejudicial que a própria Tradição da Igreja esteja relegada fora do perímetro oficial visível da Igreja. Isto é contrário à honra da Esposa do Cristo. A visibilidade da Igreja é um dos seus caracteres essenciais; b) é uma pena que os únicos beneditinos afastados da grande família beneditina, sejam precisamente os que guardam a Tradição litúrgica beneditina. Não é este um apanágio da Ordem beneditina? c) Postas as coisas no mesmo pé, além do mais, isto é, estando salvaguardadas a fé e os sacramentos, é melhor estar de acordo com as leis da Igreja do que estar em contravenção quanto a elas. Enfim, a razão talvez determinante que nos inclinou a receber o cancelamento da suspensão *a divinis* de nossos padres decorre de um ponto de vista missionário: não é verdade que se impõe que o maior número possível de fiéis possa assistir a nossas missas e a nossas festas litúrgicas sem serem embaraçados por seus confessores ou seus bispos? Penso sobretudo nesses jovens escolares, escoteiros, seminaristas que, às vezes, nunca viram uma missa tradicional...”

Dom Gérard enumera em seguida suas condições: 1) que esse acontecimento não seja utilizado para descrédito da pessoa de Mons. Lefebvre, o que, diz ele, foi repetido várias vezes a Mons. Mayer, que concordou com isso; e 2) que nenhuma contrapartida doutrinal ou litúrgica seja exigida dos monges e que nenhum silêncio seja imposto à “nossa pregação antimodernista”.

Como veremos adiante, tudo isso é conversa fiada e **Dom Marcos Barbosa** se encarregou de mostrá-lo, bem claramente, no artigo que escreveu para o Jornal do Brasil em 2/9/1988. Dom Marcos diz que essa “pregação antimodernista” é aquela que o Papa São Pio X fazia, e não contra as atuais autoridades do Vaticano, o que torna o assunto simplesmente cômico.

No capítulo seguinte de seu comunicado, Dom Gérard fala das reações que o anúncio de suas negociações havia suscitado e que surgiram de sua correspondência. Ele procura desfazer as suspeitas de traição e procura também atacar os que reagem acusando-os de serem “resistencialistas”, isto é, acostumados a resistir e não admitindo uma mudança de atitude que pacificasse a contenda. Apesar do que diz acima, parecendo muito preocupado com evitar descrédito sobre a pessoa de Mons. Lefebvre, lança uma insinuação sobre este quando acrescenta: “Seria em erro grave constituir na Igreja uma espécie de grande partido unificado, elegendo para dirigi-lo um chefe que fizesse suas tropas manobrem a seu gosto”.

A nós, nos parece um insulto. Dom Gérard termina sua declaração fazendo apelos sentimentais em que pede que se tenha paciência e se espere um tempo, para poder julgar a árvore por seus frutos, alegando que este é um critério evangélico, mas esquecendo que é um critério de discernimento oferecido aos fiéis em defesa da fé,

e não aos cúmplices de decisões tomadas que exponham a fé a riscos, sobretudo quando possa haver, antes da experiência, critérios suficientes para bem decidir. Faz ainda um apelo para que não nos esgotemos em querelas intestinas, esquecido mais uma vez, que ele nos abandona quando aceita seu acordo e não pode pretender freqüentar os ambientes progressistas e os nossos como se estivesse em casa nos dois lugares. Finalmente cita a passagem de Lucas IX,49, para utilizá-la no sentido de pretender que se possa ter critérios divergentes em matérias essenciais que afetam a vida da Igreja, como se isso houvesse sido ensinado por Nosso Senhor, o que é um perfeito absurdo. Sua tese seria agradável aos protestantes em nossos dias.

Na mesma página do mesmo jornal, está publicado o que constitui o texto oficial do acordo, que é uma carta dirigida a Dom Gérard, com data de 25 de julho de 1988, assinada pelos Cardeais Mayer e Ratzinger em resposta a, primeiro, uma carta que Dom Gérard escreveu para eles no dia 8 de julho (carta nunca mostrada a ninguém, senão aos amigos mais chegados a Dom Gérard e que ele apenas descreveu a alguns monges) e, segundo, em resposta a uma **súplica** (o grifo é nosso) da mesma data, dirigida por Dom Gérard a João Paulo II, súplica essa que permanece secreta até hoje.

Dom Tomás, depois de muitas hesitações, finalmente compreendeu que não apenas eram só dois os monges do Mosteiro da Santa Cruz que ficaram realmente do lado de Dom Gérard como também que sua posição de prior exigia dele uma compreensão de suas responsabilidades quanto às almas confiadas à sua direção e por isso não lhe cabia simplesmente abandonar o Mosteiro como se este fosse uma propriedade particular de Dom Gérard mas, ao contrário, defender o Mosteiro e seus habitantes contra os caminhos infelizes e profundamente danosos escolhidos por Dom Gérard sem consultar o responsável pelo Mosteiro da Santa Cruz. Assim, na noite de 24 de agosto, dia de São Bartolomeu, Dom Tomás apresenta no Capítulo sua Declaração em que se separa do caminho de Dom Gérard e rompe com sua orientação. Tendo Dom Gérard publicado suas razões no jornal do dia 18 acima citado, e tendo tomado sua decisão através da assinatura do acordo, não havia por que esperar sua chegada para ouvir tudo de novo e só então romper. Por quê? Dom Tomás tomou sua iniciativa no momento adequado. Logo que a notícia desse rompimento chegou ao Mosteiro do Barroux, o monge brasileiro que ali permanecia manifestou a Dom Gérard que não podia ficar mais e, pelas mesmas razões de consciência, tinha que partir imediatamente para o Brasil conforme, aliás, lhe havia recomendado seu pai em telefonema recente. Dom Gérard, furioso, proibiu-o de partir e lançou sua maldição sobre ele, o que é uma coisa incompreensível. Dom Gérard deixou-o inteiramente sem recursos na Europa e

só graças a telefonemas dados a amigos de seu pai é que o monge brasileiro pôde adquirir passagem para voltar para seu país e seu Mosteiro.

III) Artigo da Revista Permanência n° 242–243

Sobre a Expulsão de Dom Gérard do Mosteiro da Santa Cruz

Júlio Fleischman

No dia 31 de agosto, pela manhã, Dom Gérard chega ao Mosteiro da Santa Cruz com seus companheiros. Ele entra como um grande senhor, ignorando a presença de numerosos leigos e de um vigilante, e é bem recebido. Ele se instala no Mosteiro, discute durante seis ou sete horas com o Prior, Dom Tomás, com o Padre Fernando Rifan, de Campos, com alguns pais de postulantes do Mosteiro e benfeitores, também vindos de Campos. Dom Gérard não lhes esconde seu desprezo: “Os senhores aprenderam bem sua lição...”, “Vejo que isso constitui uma questão de família...”, e outras belas gentilezas. A noite chega, todos estão fatigados e voltam para suas casas. Dom Gérard e seus companheiros ficam. Eles se impõem a Dom Tomás para passarem a noite no Mosteiro. No dia seguinte, Dom Tomás lhes diz que é preciso partir. Eles ficam. O vigilante lhes é enviado, mas Dom Gérard zomba dele perguntando: “Onde estão seus papéis?”. O pobre guarda não sabe o que responder. Dom Tomás lhes diz, pessoalmente, que é preciso que partam. Eles ficam e Dom Gérard, sempre zombando, apresenta a Dom Tomás um pedaço de papel em que está escrito: “Só saio com ordem por escrito de uma autoridade competente”.

Dom Gérard abusou bastante da delicadeza, do temor reverencial, da piedade filial de Dom Tomás de Aquino. Este sai do Mosteiro para telefonar para seu advogado que chega. A autoridade competente para expulsar um invasor de uma casa de família é o pai de família e, portanto, com a autorização de Dom Tomás de Aquino, faço sair Dom Gérard e os seus. Espalham hoje em dia muitas falsidades a meu respeito, cuja origem é o Mosteiro de São Bento do Rio (progressista) onde Dom Gérard e os seus se alojaram depois de terem pedido ajuda ao bispo esquerdista de Nova Friburgo, também ele um beneditino saído do Mosteiro do Rio. Dizem que o Dr. Fleischman queimou o passaporte de Dom José; que ele feriu a perna de Dom Gérard; que ele é que virou a cabeça de Dom Tomás; etc. Puras invencionices para me difamar. Ao chegar ao Mosteiro entrei na cela onde Dom Gérard e os seus conversavam. Peguei Dom Gérard pelo braço e forcei-o a se pôr de pé e lhe gritei: “SAIA IMEDIATAMENTE”. Ele me disse: “Eu saio, eu saio, não me toque porque tenho uma ferida na perna...”, e me mostrou sua perna. Seus companheiros, se ainda são capazes de dizer a

verdade, sabem que não minto. Dom Gérard preparou sua valise, os outros monges seus companheiros também começaram a subir para sair do Mosteiro. Foi aí que começou a grande cena do teatro de Corneille, que se poderia intitular “A saída do expulso”: Dom Gérard, com seu grande manto, sempre como um grande senhor, sobe os degraus, os gestos lentos; aproxima-se da capela e diz: “Fechada, como convém...”. Em seguida, volta-se para o Mosteiro em baixo, aos seus pés e grita: “Que a maldição do céu tombe sobre esta casa...”. Os nossos começaram a gritar: “Nossa Senhora de Fátima, rogai por nós...”; “Que a maldição do céu tombe sobre esta casa...”; “Nossa Senhora de Fátima, rogai por nós...”, e uma terceira vez, do mesmo modo.

Dom Gérard lançou sua maldição também sobre o monge Dom Lourenço quando este, ainda no Barroux, lhe disse que não poderia, em consciência, ficar no Mosteiro de Santa Madalena depois do acordo. Dom Gérard, seu pai espiritual, maldisse um filho que lhe apresenta uma questão de consciência!

Como justificar isso sobretudo quando se sabe que, alguns anos antes, Dom Gérard havia dado sua benção a Dom Anselmo, do Barroux, quando este abandonou o Mosteiro para se unir aos progressistas? O contágio da lepra espiritual anda depressa. Dom Gérard e os seus logo procuraram ajuda com os bispos progressistas, dos piores, e se entenderam bem com eles. Eles se permitiram, por ódio, roubar, mentir, difamar... Por ódio lançaram suas maldições contra aqueles que simplesmente fizeram-nos compreender que queriam seguir um caminho diferente. Mas nós, de nossa parte, constatamos com alguma surpresa, um sentimento de felicidade novo, uma paz inusitada, mesmo durante as horas mais angustiantes da crise. De onde nos viria essa paz nova, essa felicidade...? A graça de Nosso Senhor me fez compreender, mais tarde, na capela, que essa felicidade nos vinha do fato de que nos achamos liberados do caminho de Dom Gérard, da escolha de Dom Gérard. *Anima nostra sicut passer erepta est de laqueo venantium. Laqueo contritus est et nos liberati sumus...* — “Nossa alma ficou livre, como o pássaro, do laço do caçador. O laço foi quebrado e nós ficamos libertos...”. O júbilo, então, subiu com força em nossa alma. Que Deus Nosso Senhor, seja louvado. *Adjutorium nostrum in nomine Domini, qui fecit caelum et terram.*

IV) Documento de Júlio Fleischman enviado ao Jornal Présent, de Paris

Senhor Diretor do Jornal Présent,

Júlio Fleischman, pai de Dom Lourenço Fleischman, do Mosteiro do Barroux, e todo o grupo Permanência do Rio de Janeiro, com a adesão de Sileno F. Costa, pai de

Dom Tomás de Aquino, Prior do Mosteiro da Santa Cruz, assim como os diretores leigos da Sociedade Mantenedora do Mosteiro da Santa Cruz, no Brasil, pedem a V. Sa. a gentileza de publicar em vosso jornal seu desacordo com o caminho escolhido por Dom Gérard Calvet, assim como sua recusa em acompanhá-lo numa “experiência” com a Fé, a qual ficaria exposta desde então à contaminação do espírito do Vaticano II e de Assis, conforme as exigências indicadas no Acordo com o Vaticano, segundo os artigos do Código do Direito Canônico citados. Alguns comentários à guisa de resposta à Declaração publicada por Dom Gérard no vosso número de 18 de agosto. A idéia que Dom Gérard tem da Igreja e de seu “perímetro” é bem engraçada. Pelas mãos de Dom Gérard, a Igreja Visível terá doravante em seu “perímetro” um Departamento de Tradição coexistindo com o Departamento do Ecumenismo, o Departamento da Teologia da Libertação e o Departamento da Espera do Messias com os judeus. Além disso, o que é hoje, essa Congregação Beneditina, essa “família” à qual Dom Gérard quer voltar? A preocupação missionária (o termo é de Dom Gérard) é outra coisa curiosa. A importância dessa preocupação em alguém que não é missionário com mandato, mas um monge de vida escondida, não o impediu de abandonar, sem pesar, milhares de tradicionalistas, cuja unidade foi quebrada por Dom Gérard, cujos corações foram rasgados por Dom Gérard. Chamar Mons. Lefebvre de “um chefe de partido que faz manobrar suas tropas a seu bel prazer” é um insulto. Seria preferível, então, que Dom Gérard não fingisse, em outros momentos, fazer o elogio de Mons. Lefebvre com a boca. Pior ainda: é Dom Gérard que fez incluir em seu acordo com o Vaticano o Mosteiro da Santa Cruz que ali consta como uma “casa autônoma” explicitamente, sem que o Prior dessa casa autônoma tenha sido nem consultado nem solicitado a assinar nada.

Então, quem manobra a seu bel prazer seus monges? O abaixo assinado e aqueles que ele representa não se reconhecem na descrição de “resistencialismo” inventada por Dom Gérard. A prova disso é que eles seguiram, passo a passo, com alguma esperança e temor, a tentativa de acordo de Mons. Lefebvre. Mas, ao contrário, é Dom Gérard quem despreza a lição dessa experiência. Ele quer fazer a sua, agora, mas numa situação pior porque submetido à Pastoral de Conjunto com os bispos ligados a Roma, segundo as regras do Direito Canônico explicitamente citados em seu acordo. O abaixo assinado e aqueles que representa se separam, pois, de Dom Gérard e do Mosteiro do Barroux, ao qual não irão mais.

Ass. Júlio Fleichman

V) Artigo da Revista Permanência n° 242–243

Para Melhor Compreensão

Júlio Fleischman

Depois de lidos e compreendidos os documentos publicados neste número, e conhecidos os acontecimentos que se multiplicaram a partir do final de agosto de 1988, serenados os ânimos, embora não modificadas as posições, convém reexaminar alguns aspectos de toda a questão e ponderar melhor o que essa profunda divisão espiritual encerra.

Dois aspectos, sobretudo, parecem merecer reexame.

O primeiro consta da publicação de Dom Gérard no jornal *Présent*, de 18/08/1988. É uma pequena frase perdida no meio do contexto: “(...) Estando tudo posto no mesmo pé..., isto é, estando salvaguardadas a fé e os sacramentos, é melhor estar de acordo com as leis da Igreja do que estar em contravenção quanto a elas”. Estando salvaguardadas a fé e os sacramentos! Soube depois que esta mesma idéia foi utilizada por Dom Gérard, e foi com ela que paralisou seus monges, a maioria dos quais ficou sem reação até hoje. Com efeito, além do monge brasileiro que se recusou a aceitar as explicações de Dom Gérard, apenas dois americanos, um sacerdote e o outro noviço, deixaram o Mosteiro do Barroux. Parece que dois franceses também o fizeram, mas disso não temos confirmação. Os demais ficaram contidos pela proibição formal que Dom Gérard lhes impôs de discutir o assunto, em nome da “santa obediência” (imaginem), mas contidos também pela mesma frase acima, que Dom Gérard para eles utilizou da seguinte maneira: “Estando salvaguardada a fé, o assunto do acordo é então meramente prudencial. Ora, quanto à prudência, é a mim, Prior do Mosteiro, que cabe decidir. Vocês podem até ser melhores do que eu, mas em matéria prudencial é a mim que cabe decidir”. Ora, este raciocínio é falso e confirma o que alguns dos padres que discutiram durante seis ou sete horas com Dom Gérard nos disseram: “É simplesmente espantosa a ignorância de Dom Gérard em matéria de teologia”. Porque, na realidade, o acordo não deixa a fé salvaguardada. Durante muito tempo não conseguia entender por que Dom Gérard se atrevia a dizer isso mas, finalmente, julgo haver compreendido.

Dom Gérard declara que o acordo deixa a fé salvaguardada porque o acordo lhe permite utilizar o catecismo tradicional. Discutindo mais tarde o assunto com dois monges fiéis a Dom Gérard e que estavam bastante encarniçados contra nós, vi que, de fato, eles pensavam isso. Quando lhes disse: “Mas o catecismo não é a fé. Mesmo o Credo, não é a fé. O catecismo ou o Credo constituem o objeto da fé”, eles teimaram: “Sim, o catecismo é a fé”. Bem, então, aí está a grosseira manobra que paralisou tantos monges tão mal-formados. Pois a fé, como ensina a teologia (e o catecismo primário também) é distinta do objeto da fé. O objeto da fé são as verdades reveladas em que cremos, mas a fé é uma

virtude interior, uma virtude teologal que deriva da graça santificante que nos é dada por Nosso Senhor, e que constitui, para nós, uma nova pupila, com a qual cremos naquilo que a Igreja nos prega ou ensina e que ela recebeu de Nosso Senhor.

Ora, a fé, essa virtude interior, pode ser perdida. Não há salvaguarda possível que no-la garanta, independentemente do socorro de Deus e de nossos esforços. O que a Igreja Católica sempre ensinou é que devemos tomar cuidado com a fé, defendê-la como a pupila dos nossos olhos, dar a vida por ela. E por isso mesmo, a Igreja sempre nos ensinou que deveríamos nos afastar de más companhias (não apenas más quanto a costumes, mas, sobretudo, más quanto à fé), evitar a leitura de livros perigosos, cortar relações com quem nos ameaça a fé. Essa obrigação, a mais alta que tem qualquer católico, não pode ficar à mercê das decisões “prudenciais” de ninguém, senão de nós mesmos, e não admite que se ponha a fé a risco em experiências. Ninguém tem o direito de exigir dos outros (e nem de si mesmo) que siga por um caminho experimental para ver se os frutos serão bons se, desde o início, se teme pela fé. Há toda uma série de cuidados, temores, exames, pedidos de conselho e direção espiritual que as almas são ensinadas a procurar nos momentos decisivos, sobretudo quando há perigo para a fé, e que devem pedir aos diretores de vida espiritual que sejam principalmente zelosos na defesa da fé e não inclinados a “experiências”. Hoje em dia, dada a situação de miséria da Igreja, não temos, a maioria de nós, a quem procurar para pedir tal orientação.

Ora, como desprezar, nesse contexto, a experiência, que se ia mostrando trágica, de Mons. Lefebvre? Como repelir sua orientação e admitir a de Dom Gérard, ainda mais sem querer ouvir ninguém senão os que já eram do seu parecer? E isso nos traz ao segundo comentário que julgamos importante fazer agora.

Dissemos em nossas “Razões”, aqui publicadas, que Dom Gérard e Mons. Lefebvre divergem também, de um modo mais profundo, na inclinação de cada um justamente quanto a isso, a defesa da fé. Mons. Lefebvre já era (e saiu de sua quase trágica experiência ainda mais firme nisso) inclinado a fechar as portas, a cortar com ambientes perigosos ou inúteis que pudessem pôr a fé em perigo, cortar com possíveis amizades que exijam, em troca, uma certa condescendência com atitudes ou pensamentos contrários ou inconvenientes para a fé. Enquanto Dom Gérard (quem o conhece sabe que é verdade) sempre se inclinou na direção oposta. Convivia com facilidade com liberais, tradicionalistas que ficavam muito próximos da Igreja Oficial (confundida com a Igreja Visível), e até com pessoas de outro credo, com protestantes ou liberais mais ou menos indiferentes à fé, como Pauwels. É curioso ver hoje como essa atitude de Dom Gérard é semelhante à dos progressistas que buscam nisso, justamente, suas razões para voltar-se para o

mundo mundano e dizem claramente, insinuando que pessoas como Mons. Lefebvre, que se fecham, são pouco generosas, ou ridiculamente timoratas, ou atrasadas ou reacionárias, ou seja lá o que for. Veja-se, por exemplo o comentário final do jornal *La Croix*, de Paris, órgão oficial da arquidiocese de Paris, no dia 2 de julho de 1988, sob o título “No dia seguinte do cisma”. Diz o jornal:

“Mons. Lefebvre se encontrava em outro planeta. Que pontos comuns podemos ter com pessoas que recusam a liberdade religiosa, o ecumenismo, os direitos do homem, a inserção da Igreja na sociedade, sua proximidade dos homens de hoje, sua dimensão histórica num tempo que não está fixado uma vez por todas? Recusar o Vaticano II, que insiste sobre essas questões, era separar-se inevitavelmente da Igreja porque, como no-lo explica o Cardeal Lustiger, o Concílio faz parte da Tradição.”

Pelo menos é bem claro e seria de desejar que nossos moderados e obedientes que se dizem “dentro da Igreja” porque estão com o Papa, tivessem um pouco mais de honradez intelectual e repetissem aquilo que dizem o Cardeal de Paris e seu jornal. Mas o jornal prossegue:

“A ruptura não consiste, pois, apenas em simples questões de sensibilidade litúrgica mas em divergências doutrinárias de fundo. Hoje, o essencial consiste em acolher aqueles que não seguirão Mons. Lefebvre’. E mais adiante: ‘Resta que os católicos recuperados do tradicionalismo, deverão integrar em sua visão religiosa as conquistas do Vaticano II, isto é, uma certa maneira ao mesmo tempo lúcida, mas positiva e acolhedora de olhar o homem e o mundo de hoje. Erguer barricadas numa fortaleza para se proteger das contaminações e perigos do mundo não seria nem conforme o espírito do Vaticano II **nem ao Evangelho**” (grifo nosso).

Eis como falam, e bem claramente, os defensores da Igreja Oficial de hoje. Eis o que espera os que vão freqüentar seus ambientes. Eis o que Dom Gérard não teme. Porque, ao longo das seis ou sete horas de discussões no Mosteiro da Santa Cruz, a essa ideia do perigo para a fé em virtude da freqüentação de ambientes corruptores da fé, Dom Gérard respondia invariavelmente: “Não há perigo... Ora Padre..., logo o senhor temer o contágio?! O senhor é bem preparado, como nós somos...”. Assim falava Dom Gérard. Acima, vimos como falam os oficialistas e progressistas. Mas, a essa ideia, como reagia Nosso Senhor? Ele sempre nos ensinou com a mais violenta linguagem que o mundo já ouviu: “Se o teu olho põe tua fé em perigo [pois é isso que quer dizer “escandalizar”] mete o teu dedo na cavidade ocular e arranca-o. Se o teu pé ou tua mão põem tua fé em perigo, corta-os. Quanto mais amigos ou vizinhos!” (Mt 18,7–11). E que nos diz São Paulo? “Ninguém vos seduza com palavras vãs. Não queirais, pois, ter comunicação com eles” (Ef 5,6). E ainda: “Guardai-vos desses cães, guardai-vos desses maus

operários, guardai-vos desses mutilados” (Fl 3,2). E mais: “E digo-vos isto para que ninguém vos engane com discursos sutis... que ninguém vos engane com uma filosofia inútil e enganadora, segundo a tradição dos homens, segundo os elementos do mundo” (Cl 2,4–8). “Quanto ao mais, irmãos, orai por nós... e para que sejamos livres de homens importunos e maus, porque a fé não é de todos” (II Ts 3,1). “Mas tu, ó homem de Deus, foge dessas coisas e segue a justiça, a piedade, a fé” (I Tm 6,11). “Foge de contendias... Evita as conversas profanas e vãs... Foge das paixões da juventude” (II 2,14). “Foge também destes” (II Tm 3,5). “Foge porém de questões loucas... Foge do homem herege” (Tt 3,9–10). E diz São Pedro: “Vós pois, irmãos, estando prevenidos, acautelai-vos para que não caiais de vossa firmeza levados pelos erros desses insensatos” (II Pd 3,17). E também São João: “Se alguém vem a vós e não traz esta doutrina, não o recebais em vossas casas nem o saudeis. Porque quem o saúda participa de suas obras más” (II Jo 10).

É a fé o dom precioso de que fala Nosso Senhor, fermento que leveda toda a massa, plantinha que se torna arbusto e árvore para abrigo dos pássaros, tesouro onde estará nosso coração, se assim considerarmos a fé. Quem se presume tão forte na fé que não precise evitar as más companhias, as más freqüentações, as más leituras?

Como explicar essa profunda ignorância que não reside propriamente na ignorância dos princípios, mas na sua aplicação? Pareceria que se trata de uma cegueira, de uma falta de discernimento espiritual, a fina ponta da alma que é a primeira vítima de um itinerário espiritual errado, o do ativismo, por exemplo, o da pretensão de erguer uma “obra”, por outro exemplo. Como explicar isso em Dom Gérard? Ora, parece que é, precisamente, isso mesmo. Alguém, com inesperada sabedoria, nos disse: “Dom Gérard pôde enganar-se tanto porque costuma dormir durante os ofícios”.

À primeira vista não se percebe bem o nexo, mas depois, refletindo compreende-se. Nós mesmos, nós todos víamos freqüentemente Dom Gérard cabecear e dormir durante os ofícios. Olhávamos o espetáculo com simpatia e comiseração. Coitado! Trabalhava tanto! Mas parece que o fenômeno era outro. Ele trabalhava demais, é verdade, e até altas horas da noite, mas aparentemente para a SUA obra, a ponto de não ter forças para seguir os Ofícios. Ora, São Bento, com admirável sabedoria, tem como princípio fundamental em sua Regra: “Que nada seja preferido à OBRA DE DEUS, Opus Dei”. Isto é, precisamente, os Ofícios.

VI) Carta de Jean Madiran, 16 de setembro de 1988

A Júlio Fleischman,

Você veio à minha mesa, meu convidado, aparentemente meu amigo. Foi a 3 de agosto. Na realidade você veio apenas para espionar minhas palavras e utilizá-las em seguida, deformando-as, para me atacar nas pilhas de papéis que espalhou por dois ou três continentes. A honra, pelo menos na França, e antes de mais nada a simples honestidade, proíbem um tal fingimento.

Contrariamente ao que você pretende, nós não tivemos nenhuma “conversação” sobre o “acordo assinado com o Vaticano por Dom Gérard”, pela boa razão de que nesta data, 3 de agosto, ele não era conhecido nem por você nem por nenhum dos meus convidados. Além disso, sobre o que você chama impropriamente o “acordo assinado” eu não expressei até hoje nenhuma opinião nem encarreguei ninguém de expressá-la em meu nome.

Por outro lado, nem pessoalmente nem como Diretor de “Présent” ou “Itinéraires”, não tenho nenhuma “frequência”, nenhuma “negociação”, nenhum “acordo” com o Vaticano. Você inventou isso. Você mente. Mas depois do que você fez em Nova Friburgo, nem isso nem nada que venha de você pode me espantar mais.

VII) Resposta de Júlio Fleischman, 24 de setembro de 1988

A Jean Madiran:

Acabo de receber sua carta de 16 de setembro. Ela me prova suficientemente, como você é capaz de insultos sem lógica, sem argumentos, sem razão. Você é, portanto, hoje em dia, um jornalista perfeito.

Eu mantenho o meu testemunho. Não inventei nada, não deformei nada. Eu não menti e Nosso Senhor o sabe.

“Você veio à minha mesa (de um restaurante), para espionar minhas palavras... e... deformando-as... me atacar...”

Como crer nesta afirmação digna de uma novela? Por que espioná-lo, atacá-lo?

Naquele momento, quando você me convidou (sem que eu tivesse feito a menor insinuação para me fazer convidar) eu tinha acabado de deixar um cartão de visitas na redação de seu jornal para exprimir minhas saudações e minha amizade, sem esperar sua volta de férias. Naquele momento, todos sabiam perfeitamente que Dom Gérard fazia tratativas para assinar um acordo com o Vaticano mas, quando saí do Brasil, o Padre Fernando, de Campos me tinha dito que Dom

Gérard, aparentemente, tinha desistido de assiná-lo por causa das súplicas que havia recebido, para dissuadi-lo disso. E então, que motivo encontrar para toda essa farsa devida à tua imaginação? Uma desculpa para chamar-me de falso?

“Contrariamente ao que você pretende, nós não tivemos nenhuma ‘conversação’ sobre o acordo assinado por Dom Gérard.”

Sr. Madiran, o senhor mente. Éramos seis pessoas à mesa naquele restaurante e você tem a audácia de negar que falamos do acordo? Nós não falamos de outra coisa durante duas horas. E como poderíamos, os dois, fazê-lo de outro modo?

Se o teor do acordo não era conhecido por mim nem pelos demais, ele já era conhecido por você, senhor Madiran. E foi você, você mesmo que hoje mente com essa impudência, quem nos fez compreender qual era esse teor. Foi você quem começou a conversação dizendo: “Sobre o acordo, o que tenho a dizer é que Dom Gérard resistiu à pressão terrível (terrível) de Mons. Lefebvre”. E em seguida você acrescentou que o acordo seria sem condições e em seguida tudo aquilo que contei na publicação que escrevi sobre “Razões para não seguir o caminho proposto por Dom Gérard com seu acordo”. Repito, pois, que meu testemunho é verdadeiro. Eu o mantenho.

Eu bem compreendo o que é que o perturbou. É o fato de que eu tenha publicado o teor de nossa conversação, tanto a de 3 de agosto como outras anteriores, para conhecimento de terceiros “em dois ou três continentes”. A sua reação é bem interessante. Você se esquece que foi você o primeiro que, no dia seguinte de nossa conversação de 3 de agosto, telefonou para Dom Gérard para contar-lhe alguns aspectos dessa conversa que agora diz que não existiu. Depois do teu telefonema, Dom Gérard disse a meu filho: “O que é que teu pai agora fala contra nós? Madiran me contou a conversa deles”. E tudo isso porque eu exprimi meu desacordo com você e com Dom Gérard depois que você nos fez conhecer não apenas o teor do acordo, como informado que ele seria assinado por Dom Gérard. Como é que se chama isso na França? Aqui, deste lado do Atlântico, isso se chama intriga e você é um intrigante.

Acresce que eu lhe enviei uma carta, datada do dia 26 de agosto, na qual os leigos de nosso grupo Permanência pediam que você publicasse em *Présent* o desacordo deles contra a escolha de Dom Gérard, além de alguns comentários sobre a enorme publicação das razões de Dom Gérard, em *Présent* do dia 18 de agosto. Mas você, fingindo sempre ser um jornalista “objetivo”, fingindo ter publicado tudo a respeito do assunto “Mons. Lefebvre”, tanto a favor como contra, você recusou publicar nossa carta e também outras como a que lhe enviou o Padre Schmidberger. Então, quando, no futuro, você falar ainda na tua “deontologia”, saiba que se ri dela, aqui deste lado do Atlântico. Aqui isso se chama uma

hipocrisia. E portanto você não pode se queixar de que esta carta (e também a tua) sejam enviadas a outros leitores na França, na Suíça e em outros países dos três continentes.

Você me chama de mentiroso porque se considera excluído da “frequência” de Dom Gérard e dos seus com os novos amigos, os bispos ligados a Roma, os Cardeais, talvez o próprio João Paulo II, enfim os progressistas. Mas eu apenas o mencionei como responsável, juntamente com Dom Gérard, pela decisão que este tomou. E se você, “pessoalmente ou como Diretor” de sua publicação não tiver essa “frequência” que teme, então a coisa é ainda pior porque outros a terão por causa da tua má influência. Chamar isso de mentira é prova de fraqueza intelectual, falta de boas razões.

Quanto ao “que eu fiz em Nova Friburgo” o que é que eu fiz? Leia portanto, se quiser, o relato anexo que é nosso relatório a esse respeito.

Júlio Fleischman